



# CLIPPING



21 de  
OUTUBRO  
2022



**Delegado Davi Bahury**, titular da Delegacia de Estelionato e Outras Fraudes, defende penas mais duras para quem aplica golpes. Hoje a punição é de um a cinco anos de reclusão.

# Casos de estelionato aumentam 8,25%

**NÚMEROS** - Estado registrou 25,5 mil ocorrências no período de 1º de janeiro a 30 de setembro deste ano

**DILSON PIMENTEL**  
DA REDAÇÃO

**D**e 1º de janeiro a 30 de setembro deste ano foram registrados 25,5 mil casos de estelionato em todo o Estado, dos quais 8.283 apenas na capital. Em 2021, no mesmo período, foram registrados 23.536 casos no Pará, sendo 7.669 em Belém. Isso representa um aumento de 8,25%. Os números foram divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

O delegado Davi Bahury, titular da Delegacia de Estelionato e Outras Fraudes (Deof), da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe), da Polícia Civil paraense, disse que os estelionatários vêm refinando a forma de aplicar golpes. "E, ultimamente, com o advento do Pix e com a utilização das mais diversas platafor-

mas digitais, o número de golpes vem aumentando consideravelmente", afirmou. Ele acrescentou que a população tem se sentido mais confortável em procurar a polícia, "porque vem obtendo a resolução com a efetivação de prisões".

Na Deof, os policiais civis investigam os estelionatos em geral e as fraudes de todas as formas registradas nessa unidade da Polícia Civil. Pode ser o estelionato estritamente digital, estelionato mediante engenharia social, no qual o golpista se vale da inocência da pessoa ou, ainda, por falsificação documental.

"Com o advento da tecnologia e com o resguardo evidentemente de dados sensíveis das vítimas e também dos investigados, nós temos uma dificuldade maior para obtê-los de onde nós requisitamos", disse o delegado Davi Bahury. Em

**"O Judiciário, muitas vezes, acaba concedendo uma medida cautelar diversa da prisão"**

alguns casos há necessidade de autorização judicial. "No entanto, nós estamos tendo êxito e a gente consegue, sim, chegar à autoria e à materialidade delitiva", afirmou.

O crime de estelionato está tipificado no artigo 171 do Código Penal. "E ele se qualifica quando alguém coloca outra pessoa, a vítima, em erro. E, por meio desse erro, do ardil, obtém uma vantagem ilícita", explicou o delegado Davi Bahury. A pena prevista é de um a cinco anos de reclusão, por isso rapidamente o estelionatário acaba

em liberdade novamente. Segundo o delegado, isso ocorre por causa da pena e de não haver violência nessa prática criminosa. "Então, o Judiciário, muitas vezes, acaba concedendo uma medida cautelar diversa da prisão". Bahury defende o recrudescimento das penas para inibir esse crime.

**VEJA MAIS**

Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Presos falsos advogados que enganavam idosos

## OPERAÇÃO ABUTRES

A Diretoria de Polícia do Interior (DPI) da Polícia Civil do Pará deflagrou, ontem (20), a operação denominada "Abutres", com o objetivo de dar cumprimento a mandados de prisão e busca e apreensão contra membros de uma associação criminosa investigados pela prática do crime de estelionato. As prisões ocorreram nos municípios de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, e em Abaetetuba, no nordeste do Estado.

A ação contou com a participação de equipes da Superintendência Regional do Baixo Tocantins (4º Risp), por meio da Delegacia de Polícia e da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) do município de Barcarena. Ao todo, três pessoas foram presas durante a operação, pelos crimes de associação criminosa, estelionato majorado e estelionato simples.

## O CRIME

Segundo as investigações, os criminosos se passavam por advogados e prometiam às vítimas, preferencialmente idosos, que conseguiriam aposentá-las ou converter outros benefícios assistenciais em aposentadoria. A partir do contato, eles convenciam as vítimas a fornecerem documentos, cartões bancários e até mesmo senhas.

De posse dos documentos e informações pessoais das vítimas, os criminosos realizavam diversos empréstimos consignados não autorizados, bem como desvios indevidos dos proventos de aposentadoria dos idosos. Só no último mês de setembro, cerca de oito pessoas, entre elas cinco idosos, procuraram a Delegacia de Polícia para denunciar crimes praticados pelos criminosos.

A partir de diligências investigativas, os agentes localizaram os suspeitos e deram cumprimento, ontem (20), aos mandados



**Criminosos fizeram várias vítimas em diversas cidades**

FOTO: ASCOM/PCPA

de prisões preventivas e de busca e apreensão nos domicílios. Foram apreendidos aparelhos celulares, documentos e diversos cartões bancários. Todo o material será periciado e anexado ao inquérito que apura o caso. Após o cum-

primento dos procedimentos legais, os suspeitos foram encaminhados à unidade policial onde foram interrogados. Todos foram encaminhados à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), onde ficarão à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# DANÇOU 'X9' VIRA ALVO E ACABA PRESA POR TRÁFICO

Mulher procurou a polícia para fazer uma delação, não deu mais detalhes e acabou presa em flagrante por tráfico

## FLAGRANTE

JB Avetar

**U**ma operação conjunta entre as polícias civil e militar do município de Cachoeira do Arari, na região do Marajó Oriental, prendeu em flagrante delicto Marcia Andrea Oliveira Cunha, a "Bosquinha", autuada pelo crime de tráfico de drogas. Ela ainda será investigada por suposta participação em uma facção criminosa.

Segundo as informações, há duas semanas, como forma de se livrar do foco, "Bosquinha" compareceu de forma espontânea na delegacia de Cachoeira do Arari sob a justificativa de querer colaborar com a polícia indicando os possíveis traficantes da cidade.

Após ocorrer a gravada, a suspeita não indicou provas com precisão ou fatos relevantes, porém, a equipe policial, após pesquisar o histórico da mulher,

constatou que ela possuía inúmeras passagens pela polícia por crime de tráfico de drogas.

A partir de então, foi instaurado um procedimento de Verificação Preliminar de Informação de conformidade com o artigo 8º, parágrafo 8º, do Código de Processo Penal que colocou delineta Marcia Andrea Oliveira Cunha na "berlinda" sendo elaborado um relatório de missão policial descrevendo o cotidiano da suspeita e da movimentação em sua casa, bem como levantamento de sua vida pregressa.

Em consonância com as decisões do STJ e STF, afirmando que, apesar do crime de drogas ser permanente, há necessidade de prova escrita para adentrar na casa onde há evidente comercialização, a equipe policial elaborou a prova escrita e efetuou nesta quarta-feira (18) a prisão em flagrante da suspeita, que foi pega com três pedras de óxio com aproximadamente 500 gramas.

A ação policial foi sistemática e pacífica, sem resistência.



A mulher foi presa com drogas e ainda será investigada por participação em uma facção criminosa  
FOTO: DIVULGAÇÃO

A mulher será agora investigada depois que inúmeros vídeos que circulam nos grupos de polícia de Retiro Grande e Cachoeira do Arari, a suspeita se declarou "membro do CV", inclusive representada até aqui por advogado de renomado escritório de Belém.

Além da prisão preventiva que foi protocolada na comarca local antes da expedição de custódia, a delegacia de Cachoeira do Arari irá pedir a quebra do sigilo telefônico da suspeita para verificar se realmente ela faz parte da organização criminosa e irá aprofundar as investigações.

Participaram na operação no bairro Aeroporto em Cachoeira do Arari, policiais civis da delegacia local e três viaturas da Polícia Militar sob o comando do coronel Josimar Leão e tenente coronel Vicente Neto do CPR-XI, o comandante do 74º PPD de Cachoeira sargento Cunha além de uma equipe do serviço de motopatrulhamento.

Consultando os sistemas policiais, o nome de Mircia Andrea Oliveira Cunha aparece com três passagens por tráfico de entorpecentes em Ananindeua, Mosqueiro e Belém sendo esta a quarta prisão pelo mesmo crime.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## CNJ atua para estruturar política nacional de atenção às vítimas no Judiciário

🕒 20 de outubro de 2022



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está desenvolvendo ações para apoiar o Judiciário nacional a implementar e qualificar a Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais. Instituída pela Resolução CNJ n. 253/2018, a política determinou a instalação de plantões judiciais para atendimento desse público. Em 2021, uma atualização passou a prever a criação de Centros Especializados de Atendimento às Vítimas, que podem ou não optar pelos plantões a depender do contexto local (Resolução CNJ n. 386/2021).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Levantamento realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ) em 2021 identificou a importância de se criarem mecanismos de apoio aos tribunais para qualificar a estruturação dessa política. Nesse sentido, entre as iniciativas em andamento, estão a produção de um manual orientativo e o acompanhamento de esforços locais para a implementação de Centros Especializados e outros dispositivos para a integralidade desta atenção, como a obrigatoriedade de atividades formativas para servidores.

Atualmente, as ações sobre o tema são coordenadas pelo CNJ com apoio técnico do programa Fazendo Justiça, executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nos estados em que o programa atua, há registro de, pelo menos, sete iniciativas locais recentes que buscam alinhamento às normativas do CNJ – Acre, Amazonas, Bahia, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins, além de Goiás, Minas Gerais e Pernambuco. O programa também acompanha práticas que já estavam em andamento, como é o caso do Rio de Janeiro. Além da publicação de normativas locais, os tribunais estão se mobilizando para oferecer capacitação a seus servidores.

De acordo com a juíza auxiliar da Presidência do CNJ com atuação no DMF, Karen Luise Vilanova Batista de Souza, a qualificação do atendimento às vítimas é um importante campo de incidência nos serviços penais, e passa pelo reconhecimento que as diferentes violências – psicológica, física, sexual, moral, patrimonial, institucional e estrutural – deixam marcas e acentuam desigualdades de acesso à justiça. “O Poder Judiciário está se aproximando do contexto em que as vítimas se encontram para construir soluções conjuntas, com um olhar multidisciplinar e sistêmico, adequado a cada caso. Já temos as normativas para orientar esses avanços e agora precisamos trabalhar por sua aplicação”, explicou.

Para qualificar essas incidências, foi produzido um relatório com mapeamento de práticas, experiências e outros mecanismos voltados ao atendimento a vítimas, na esfera nacional e internacional. O documento subsidiará as próximas

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

etapas, que incluem o fortalecimento da interlocução com magistrados e magistradas e entidades da sociedade civil, incluindo grupos de vítimas e/ou seus familiares. Com lançamento previsto para 2023, o manual abordará fluxos de atendimento para os diferentes crimes e atos infracionais – haverá eventos para a disseminação de conteúdo.

O crescimento recente no número de tribunais com Centros de Especializados de Atenção às Vítimas também foi estimulado pela iniciativa Prêmio CNJ de Qualidade de 2022. Nesta quarta edição da premiação, foram incluídos 10 novos critérios. Entre 52 requisitos avaliados, está a adequação à Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais. Na premiação deste ano, as Cortes ganharão pontos se tiverem Centros Especializados instalados e realizarem treinamentos para este fim.

### **Sobre a política**

A Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais foi instituída para garantir uma política pública nacional em que o Judiciário atue no acolhimento, na orientação, no encaminhamento e na reparação às vítimas. Além da padronização e da fiscalização da aplicação de normas em vigor no país, a política está alinhada à Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder das Nações Unidas, assim como a outros tratados e documentos internacionais sobre o tema.

São público-alvo da política as pessoas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial ou psicológico em razão de crime ou ato infracional, assim como familiares e dependentes. Instituídos com a atualização da normativa em 2021, os Centros Especializados devem atuar como canal especializado de atendimento, acolhimento e orientação às vítimas, fornecendo informações e promovendo encaminhamentos para a rede de serviços públicos sempre que necessário, assim como programas de justiça restaurativa.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

As autoridades judiciárias devem garantir que as vítimas sejam acolhidas e ouvidas em condições adequadas, sendo informadas sobre atualizações relevantes nos processos. As vítimas devem, ainda, receber, prioritariamente, as receitas de reparação dos danos vindas das penas pecuniárias, além de terem seus bens restituídos de forma célere.

Texto: Pedro Malavolta

Edição: Nataly Costa e Débora Zampier

Agência CNJ de Notícias

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



### Trio suspeito de aplicar golpe em aposentadoria de idosos é capturado em Abaetetuba e Ananindeua

Mandados de prisão e busca e apreensão foram cumpridos pela Diretoria de Polícia do Interior (DPI)



O Liberal

20.10.22 20h22



O trio de suspeitos foi encaminhado à unidade policial para interrogatório e depois levados para à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), onde ficarão à disposição da Justiça. (Divulgação / Agência Pará)

Três pessoas, que não tiveram identidades reveladas, foram presas pela [Polícia Civil](#) (PC) em [Abaetetuba](#), no nordeste paraense, e em [Ananindeua](#), Região Metropolitana de Belém, pelo crime [estelionato](#). Mandados de [prisão](#) e [busca e apreensão](#) foram cumpridos pela **Diretoria de Polícia do Interior (DPI)**. De acordo com a polícia, **os suspeitos seriam integrantes** de uma [associação criminosa](#) que se passava por [advogados](#) e prometiam para as vítimas, que na maioria das vezes eram [idosos](#), de **aposentá-los ou converter outros benefícios assistenciais em aposentadoria**. As informações foram divulgadas pelo site Agência Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## **Veja mais**

A ação contou com o apoio de equipes da **Superintendência Regional do Baixo Tocantins (4° RISP)**, por meio da **Delegacia de Polícia e da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)** do município de [Barcarena](#), também no nordeste do Estado. Os envolvidos foram capturados pelos crimes de **associação criminosa, estelionato majorado e estelionato simples**.

As investigações da PC observaram que a partir do contato, as vítimas forneciam documentos e cartões bancários juntos com a senha para os suspeitos. Com isso, o trio realizava empréstimos consignados não autorizados e desvios indevidos dos proventos de aposentadoria dos idosos. A autoridade policial aponta que apenas no mês passado, oito pessoas, sendo cinco idosos, procuraram a Delegacia de Polícia para denunciar crimes praticados pelos suspeitos.

Em posse da identificação dos suspeitos, os policiais conseguiram localizá-los e efetuaram as capturas. Foram apreendidos celulares, documentos e vários cartões bancários. Todo material será periciado. Um inquérito foi instaurado para investigar o caso e a possível participação de mais pessoas no golpe. O trio de suspeitos foi encaminhado à unidade policial para interrogatório e depois levados para à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), onde ficarão à disposição da Justiça.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Polícia cumpre dois mandados de prisão em aberto por roubo, em Santarém

Casos foram registrados no plantão 16ª Seccional Urbano da Polícia Civil.

Por g1 Santarém e região — PA

21/10/2022 10h43 · Atualizado há 50 minutos



ORIGINAL Selo Plantão Policial na Seccional de Polícia Civil em Santarém — Foto: Arte/G1

Duas prisões por roubo foram registradas no plantão da delegacia de [Santarém](#), oeste do Pará, nas últimas 24h. Um mandado foi expedido em Manaus (AM) e o outro em Santarém.

Rainara Anjos Costa foi encaminhada para a depol, através da PRF, em cumprimento de um mandado de prisão. O mandado era por roubo e foi expedido em Manaus, no Amazonas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Manoel de Sousa Cunha possuía um mandado de prisão em aberto para cumprimento de pena por roubo, em Santarém.

Ambos foram apresentados na delegacia para a realização dos procedimentos cabíveis.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Acordo judicial prevê reparação de áreas degradadas durante extensão de rede elétrica no Pará

Com o acordo firmado, será extinta a Ação Civil Pública que tinha sido ajuizada pelo MPPA, requerendo ações contra os danos causados.

Por g1 Santarém e Região — PA

20/10/2022 11h16 · Atualizado há um dia



Acordo foi firmado após denúncias de abertura de vias de acesso para a implantação de torres de energia — Foto: MPPA / Divulgação

Na última terça-feira (18), o Ministério Público do Pará (MPPA), por meio do Promotor de Justiça de Juruti, Nadilson Portilho Gomes, firmou um Acordo Judicial com a empresa Elecnor do Brasil LTDA no valor de R\$ 300 mil para indenização por danos materiais e morais à coletividade, além de medidas reparatórias da degradação ambiental e de monitoramento da recuperação das áreas atingidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A medida foi tomada devido denúncias de danos decorrentes de abertura de vias de acesso para a implantação de torres de energia e subestações no eixo Oriximiná-Juruti-Parintins, que danificaram alguns igarapés e cursos d'água.

De acordo com o MPPA, a empresa apresentou um Relatório de Execução de Medidas de Recuperação nas áreas afetadas, contendo dados e imagens de pontos vistoriados, antes e depois do início de execução do projeto.

O projeto de recuperação inclui a revegetação das áreas degradadas para evitar o carregamento de solos, o surgimento de processos erosivos nas áreas trabalhadas e a prevenção ao processo de assoreamento, construção de canaletas com dissipadores de energia em forma de escadaria, acompanhamento e monitoramento da área a fim de garantir a completa recuperação e estabilização da área em que houve a intervenção em função da construção da estrada.

Com o acordo firmado, será extinta a Ação Civil Pública que tinha sido ajuizada pelo MPPA, requerendo ações contra os danos causados.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Reprodução/Polícia Civil

## Homem acusado de estupro é preso no interior do Pará

POR ROMA NEWS | 21 DE OUT DE 2022, 07:28

Um homem foi preso pelo crime de estupro no município de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do estado. A Polícia Civil do Pará, deu cumprimento, na tarde da última quarta-feira, 19, a um mandado de prisão preventiva contra o acusado.

Após equipes policiais de São Félix do Xingu enviarem informações sobre o possível paradeiro do investigado, a equipe de São Geraldo do Araguaia se deslocou até a zona rural do município, onde o indivíduo foi localizado e preso.

CONTINUE LENDO...

[‘Não ia conseguir estar 100% ao Remo agora’, diz Thiago Gasparino sobre fim de negociação](#)

[Polícia Civil do Pará prende dupla investigada pelo golpe do ‘Falso Leilão’](#)

[Veja os serviços que vão funcionar na Grande Belém durante o Recício](#)

O homem foi encaminhado para a unidade policial e se encontra à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br